recomposição do recurso financeiro empregado na construção civil. No entanto, em caso de mora na entrega do imóvel, o referido índice deve ser substituído por outro menos oneroso, não sendo justo que o consumidor seja prejudicado, auferindo desvantagem excessiva, em decorrência da mora do empreendedor.8. Incabível a devolução integral da quantia de R\$ 762,29 referente ao INCC, devendo o valor questionado ser substituído pelo menor índice oficial de correção monetária fixado no período de atraso na entrega do imóvel, a ser apurado em sede de liquidação de sentença.9. Cobrança a título de agenciamento de financiamento que enquadra-se no conceito de serviço de assessoria técnico-imobiliária (SATI) ou congêneres, sendo que o Superior Tribunal de Justiça uniformizou sua jurisprudência, ao instaurar o incidente de demanda repetitiva, firmando entendimento no sentido de que é abusiva a sua cobrança pelo promitente vendedor, todavia, os autores não demonstraram o pagamento a este título, merecendo reforma o decisum neste ponto, porquanto não houve comprovação do dano material a ensejar a devolução. - STJ - REsp: 1599511 SP 2016/0129715-8, Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 24/08/2016, SEGUNDA SEÇÃO.10. Quanto à comissão de corretagem, o Superior Tribunal de Justiça uniformizou sua jurisprudência, ao instaurar o incidente de demanda repetitiva, firmando entendimento no sentido de que é válida a cláusula que transfere ao consumidor a obrigação de pagar a comissão de corretagem - STJ - REsp: 1599511 SP 2016/0129715-8, Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 24/08/2016, SEGUNDA SEÇÃO.11. A cobrança da comissão foi realizada de forma clara e inequívoca, com a indicação do valor, em primazia ao princípio da boa-fé objetiva e ao dever anexo de informação, pelo que não é devida a restituição.12. No que diz respeito aos lucros cessantes, firmou-se o entendimento de que o dano decorrente dos valores que o promitente comprador deixa de auferir pela impossibilidade de uso ou de aluguel durante o período do atraso na entrega é presumido. Precedente: 0456973-19.2011.8.19.0001 - Incidente de Uniformização de Jurisprudência - Des. Maldonado de Carvalho - Julgamento: 16/06/2016 - Órgão Especial.13. O montante aduzido como correto pelos autores não passa de mera alegação, devendo ser mantida a condenação das rés ao pagamento de lucros cessantes, observando-se, contudo, o período compreendido entre dezembro de 2011 e 24/01/14 como fim da mora das rés, na medida em que apenas nesta data foi concedido o habite-se, em valor a ser apurado em fase de cumprimento de sentença, tomando por base a média dos aluguéis mensais e imóveis semelhantes na mesma localidade e período. 14. Dano moral configurado. O atraso na entrega do imóvel objeto do contrato por 2 anos e 1 mês, contados a partir do término do prazo de tolerância, ultrapassa os limites do inadimplemento contratual e do mero aborrecimento, mormente pela frustração da expectativa dos autores na entrega do imóvel para sua moradia. 15. A verba indenizatória de dano moral deve ser fixada à luz dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Súmula 343 do TJ/RJ; verbis: "A verba indenizatória do dano moral somente será modificada se não atendidos pela sentença os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade na fixação do valor da condenação.".16. O juízo a quo fixou o valor em R\$ 10.000,00, para cada autor, que se revela proporcional às nuances do caso concreto e de acordo com o que costuma estabelecer esta Colenda 25ª Câmara Cível para casos correlatos, merecendo majoração para R\$ 15.000,00 para cada autor. Precedentes: 0023278-36.2015.8.19.0087 - APL - Des(a). WERSON FRANCO PEREIRA RÊGO - Julgamento: 25/10/2017 - 25ª CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR. 0038199-25.2015.8.19.0208 - APL - Des(a). LEILA MARIA RODRIGUES PINTO DE CARVALHO E ALBUQUERQUE - Julgamento: 26/07/2017 - 25ª CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR.17. Considerando que ambos os recursos foram parcialmente providos não há que se falar em fixação de honorários advocatícios de sucumbência para a fase recursal, nos termos do art. 85, §1º e 11, do CPC/2015, que somente seriam cabíveis no caso de desprovimento de eventual recurso interposto pela parte vencida.18. Merece pequeno reparo o decisum, de ofício, para fixar a incidência da correção monetária para que incida a partir de cada desembolso e de juros de mora de 1% a.m., a contar da citação, sobre os valores a serem restituídos aos autores a título de dano material, nos termos do artigo 405 do Código Civil, uma vez que a sentença foi omissa neste ponto.19. Agravo retido não conhecido. Parcial provimento aos apelo dos autores para reconhecer o período compreendido entre dezembro de 2011 e 24/01/2014 como sendo a mora das rés e parcial provimento ao recurso das rés para: i) afastar a quantia de R\$ 1.500,00 a título de lucros cessantes, determinando que o valor seja apurado na fase de cumprimento de sentença, tomando por base a média dos aluguéis mensais dos imóveis semelhantes na mesma localidade e período; ii) substituir a devolução integral do INCC, pelo menor índice oficial de correção monetária fixado no período do atraso, a ser apurado em sede de liquidação de sentença; iii) afastar as condenações a título de comissão de corretagem e agenciamento de financiamento. Incidência da correção monetária e dos juros de mora fixada de ofício, com relação ao dano material. Sucumbência recíproca. Conclusões: Por unanimidade de votos, não se conheceu do recurso de Agravo Retido, deu-se parcial provimento a ambos os recursos e determinou, de ofício, a incidência de correção monetária e juros de mora, nos termos do voto do Relator.

015. APELAÇÃO 0266937-88.2009.8.19.0001 Assunto: Pagamento em Consignação / Adimplemento e Extinção / Obrigações / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 40 VARA CÍVEL Ação: 0266937-88.2009.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00717389 - APELANTE: PERSSIIMED INTERNACIONAL COMPANY LTDA REP/P/CURADORIA ESPECIAL APELADO: ROSANGELA ALVES DE SOUSA ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO OAB/DP-000001 Relator: DES. MARIANNA FUX Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: AÇÃO CONSIGNATÓRIA. ALEGAÇÃO AUTURAL DE TENTATIVA DE LOCALIZAÇÃO DA EMPRESA RÉ A FIM DE REGULARIZAR DÉBITO PROVENIENTE DE CHEQUE DEVOLVIDO POR INSUFICIÊNCIA DE FUNDOS. CITAÇÃO POR EDITAL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. APELAÇÃO DA RÉ PUGNANDO PELA REFORMA DA CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DOS ENCARGOS SUCUMBENCIAIS E, SUBSIDIARIAMENTE, REQUERENDO A CONCESSÃO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE QUE DEVE SER OBSERVADO. CITAÇÃO FICTA QUE NÃO TEM O CONDÃO DE PRESUMIR A HIPOSSUFICIÊNCIA DA PESSOA JURÍDICA. PRECEDENTE DO STJ. RECURSO DESPROVIDO. 1. À autora não restou alternativa senão recorrer à presente ação consignatória a fim de ter seu nome retirado de cadastros restritivos ao crédito, na medida em que um dos dez cheques utilizados na compra de aparelho massoterapêutico a preposto da ré retornou sem fundos, encontrando-se esta em local incerto e não sabido.2. Não se sabe em que local a atividade empresarial é exercida, sendo certo que, após diversas tentativas de localização, inclusive em endereço fornecido pela Junta Comercial do Estado de São Paulo - Jucesp, extraído da ficha cadastral e do contrato social da empresa, a citação, na hipótese, se deu por edital e houve decretação da revelia. 3. Ré que deu causa à demanda e, em atenção ao princípio da causalidade, deve arcar com o pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios. Precedente: 0510721-58.2014.8.19.0001 - Apelação - Des(a). Carlos Eduardo Moreira da Silva - Julgamento: 11/07/2017 - 22ª Câmara Cível.4. A citação ficta não tem o condão de afastar a condenação da ré ao pagamento dos encargos oriundos da sucumbência, tratando-se de consequência jurídica advinda da derrota experimentada pela parte na lide.5. "Não é possível a concessão de assistência judiciária gratuita a pessoa jurídica citada por edital que, quedando-se inerte, passou a ser defendida por Defensor Público em razão de sua nomeação como curador especial, quando inexistente nos autos a comprovação da hipossuficiência da parte, porquanto na hipótese de citação ficta, não cabe presumir-se a miserabilidade da parte e o curador, ainda que membro da Defensoria, não possui condições de conhecer ou demonstrar a situação econômica da agravante, muito menos requerer, em nome desta, a gratuidade de justiça" (AgRg no AREsp 556.355/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 20.2.2015).6. Recurso desprovido. Majoração dos honorários sucumbenciais para R\$ 250,00, nos termos do art. 85, § 11, do CPC. Conclusões: Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso e majorou-se os honorários sucumbenciais, nos termos do voto do Relator.

016. APELAÇÃO 0022199-13.2016.8.19.0014 Assunto: Rescisão do contrato e devolução do dinheiro / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: CAMPOS DOS GOYTACAZES 1 VARA CÍVEL Ação: 0022199-13.2016.8.19.0014